

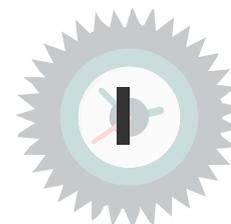
Políticas de Segurança Pública



Table des matières

I - A identificação do problema, a formulação da agenda e o planejamento da política pública adequada	3
1. Introdução.....	3
2. A identificação do problema central.....	4
3. A formulação da agenda.....	6
4. O planejamento da política adequada	6
II - A implementação e o monitoramento das políticas de segurança pública	9
1. A implementação da política escolhida.....	9
2. A avaliação e eventual extinção da política adotada	10
III - Bons exemplos de políticas públicas no brasil e no exterior	13
1. O "Pacto Pela Vida" em Pernambuco - Brasil	13
2. A política de drogas em Portugal	15
IV - Perspectivas para o futuro das políticas de segurança pública no brasil	18
1. Modificação da ótica sobre Segurança Pública.....	18
2. Mudanças na forma de atuação das polícias	20
3. Produção e colheita de dados continuados, por meio de mecanismos eficientes	20
V - Exercice : Vous venez de découvrir un théier...	23
VI - Avaliação	24

A identificação do problema, a formulação da agenda e o planejamento da política pública adequada



Objectifs

Ao término deste capítulo você será capaz de compreender a processo inicial da formulação das políticas públicas, composto nomeadamente pela análise do cenário global, a identificação do problema, a formulação da agenda e o planejamento da política de segurança pública adequada à realidade atual.

1. Introdução

Políticas públicas são diretrizes elaboradas para enfrentar problemas entendidos como públicos. Não há dúvidas, portanto, que questões relativas à segurança pública podem e devem ser alvo de políticas públicas, pois são uma prioridade no que se refere aos desejos da população.



Política de Segurança Pública

A respeito desse poder/dever, é preciso elencar alguns contornos gerais:

Políticas públicas não existem para tratar apenas dos problemas de segurança pública, mas de **todos os problemas públicos** que existem na sociedade. Por isso, todos esses problemas públicos podem ser alvos de políticas públicas, mas não significa que irão, de fato, ser.

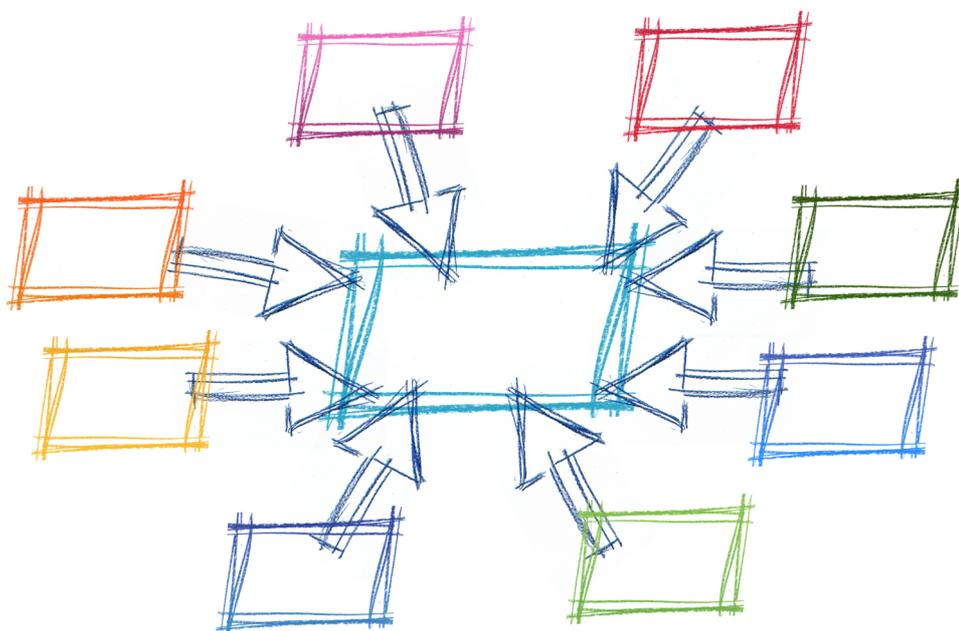
Cada governo irá estabelecer sua agenda própria de prioridades a serem tratadas. Portanto, cabe a cada um estabelecer quais serão os problemas públicos primordialmente enfrentados durante o seu mandato.

A respeito da Segurança Pública, em específico, é necessário perceber que a Constituição da República impõe o dever do Estado no sentido de garanti-la à população. Por conta disso, no caso da segurança pública deixa de haver apenas uma possibilidade de existirem políticas públicas, e passa a haver uma obrigatoriedade.

Apesar dessa obrigatoriedade, a quantidade de empenho na elaboração das políticas e a forma escolhida para fazê-lo são variáveis. Por isso, é importante analisar a agenda de cada Governo, para assim ter a noção exata de qual será a sua abordagem no que se refere à segurança pública.

Outro ponto importante diz respeito aos sujeitos das políticas públicas. Sobre isso, sabe-se que o Estado possui o monopólio do dever de garantir a segurança pública, mas isso significa que mais ninguém pode trabalhar neste sentido?

Não há unanimidade entre a doutrina, mas, atualmente, é majoritário no Brasil o entendimento de que a atuação de diferentes atores é essencial para que se efetivem as políticas públicas. Na esfera da segurança pública, então, além dos órgãos oficiais (obrigados constitucionalmente a garanti-la), a sociedade civil, as empresas, as organizações estatais e não estatais e etc. Desso modo, podem colaborar na elaboração, definição e implementação de políticas públicas voltadas à segurança. Isso faz com que a sociedade como um todo se identifique mais com a política em questão e, inclusive, colabore de forma mais efetiva para a sua concretização. Uma boa ideia, por si só, não é suficiente - deve haver aplicabilidade! Por isso, se durante o processo de elaboração ocorre a participação de outros entes da sociedade, é ampliada a chance de colaboração para que a política seja colocada em prática



São vários os agentes que podem agir buscando a Segurança Pública como o mesmo fim.



Feitos esses comentários introdutórios, passemos ao processo pormenorizado de elaboração da política pública em si. Nesse sentido, embora cada doutrinador tenha a sua opinião sobre como se dá o ciclo exato das políticas públicas, adotamos como base o ciclo defendido por Leonardo Secchi (SECCHI, 2010, p. 33), qual seja:

2. A identificação do problema central

O primeiro passo para a formulação de uma política pública é a análise do cenário global e identificação de um exato problema.

Tal análise é complexa e se baseia na observância dos mais diversos fatores, ligados à economia, à cultura, à história, ao sistema político e etc. deve ser uma análise efetivamente global, que tenha em conta toda a estrutura do país para entender exatamente qual a sua realidade. Diante desta análise,

certamente sobressairão problemas de segurança pública - como em qualquer sociedade. O que varia, de local para local, é a espécie dos problemas que surgem e a gravidade com que eles ferem a segurança pública.



"A soma de todos esses fatores irá formar uma identidade brasileira única, que funciona como a "digital" do país."

? Exemple

Pense no caso do Brasil, por exemplo. Trata-se de um país que possui um histórico de escravidão, somado à misoginia estrutural e ao patriarcalismo. Mesmo com o passar dos séculos, o tratamento dado às mulheres no âmbito de empregos e oportunidades continua sendo discriminatório, com diversos casos de mulheres ganhando menos que os homens, ocupando menos cargos de diretoria e sendo menos contratadas pelas empresas. Isso gera, em centenas de famílias, a dependência financeira de tais mulheres, que se veem presas em relacionamentos abusivos, dos quais muitas vezes não conseguem sair por medo das agressões ou porque não teriam como se sustentar sozinhas. Nesse cenário, são justamente os homens, criados em uma sociedade intrinsecamente machista e misógina, que compõem a absoluta maioria dos agressores nos casos de crimes contra mulheres - sejam elas cis ou transexuais¹.

Todos esses fatores se somam e colaboram para que, ainda hoje, haja uma crescente dos números de violência doméstica e dos crimes de ódio contra transexuais no Brasil. Assim, portanto, foi identificado um problema: os elevados índices de violência de gênero em território nacional.

3. A formulação da agenda

A análise do cenário global e a identificação de um problema em específico podem ser feitas por qualquer um da sociedade. Você, possivelmente, após ler as Unidades de estudo anteriores, já conseguiu por si só fazer esse exercício e pensar em problemas que atingem seriamente a segurança pública. Entretanto, quando é um agente político quem faz essa identificação, o próximo passo será a formulação de uma agenda, para que efetivamente se possa caminhar em busca de soluções.

Nesse sentido, a agenda revela as prioridades que um governo tem de atuação. Todos os problemas podem ser analisados e identificados, mas nem todos serão tratados como prioridade e farão parte da agenda do governo.

Neste ponto, um grande problema se visualiza: por estar diretamente atrelada a questões políticas, a formulação da agenda tende a ser usada mais como forma de ganhar votos do que como forma de efetivamente resolver as questões necessárias. Isso é preocupante, na medida em que muitos políticos tendem a incluir na agenda apenas as questões que possuem alta atenção midiática, apelo popular e agilidade na produção de resultados - pois esses fatores podem colaborar em uma (re)eleição. Ou seja: ao invés de incluírem-se na agenda as questões mais urgentes (mas que possuem muita dificuldade para a resolução e demandam tempo e paciência), priorizam as pautas mais "queridas" para a sociedade e que possuem resultados mais imediatos (embora menos efetivos em uma escala macro).

Exemple

O Sistema Carcerário brasileiro trata-se de um problema de segurança pública urgente, comprovadamente responsável por aumentar os índices de violência em todo o país. Entretanto, é uma questão que, para ser minimamente resolvida, demandaria tempo, esforço e dinheiro público. Além disso, está longe de ser uma preocupação do cidadão comum, e por isso não tem apelo popular e muito provavelmente não angariaria grande número de votos. Portanto, os políticos tendem a buscar outras formas de intervir na Segurança Pública, intencionando maior apoio populacional. Um claro exemplo são as soluções baseadas no mero aumento de policiamento: geram efeitos rápidos (pois é visível o aumento de policiais nas ruas e também é visível o aumento no número de pessoas presas), possuem apoio da sociedade civil e, conseqüentemente, angariam mais votos.

Remarque

A agenda pode ser materializada em diversas formas: descrição do orçamento, projetos de leis, elaboração de programas e campanhas governamentais e etc. Ela mostra efetivamente a maneira como aquele Governo decidiu governar e quais são as prioridades dentro de cada esfera de preocupação (dentre elas, a Segurança Pública).

4. O planejamento da política adequada

O planejamento da política adequada se divide entre a análise das alternativas existentes e a tomada de decisão.

Após analisar o cenário global e entender qual o objetivo da política pública incluída na agenda, acontece a análise das alternativas, momento em que são pensadas as possibilidades de ataque e pormenorizados os caminhos para que tais objetivos sejam atingidos.

 **Exemple**

Os objetivos podem ser genéricos ou específicos. Um candidato a governador do Rio de Janeiro, por exemplo, poderia ter na sua agenda a questão do combate às milícias. Para isso, um objetivo genérico poderia ser o de "acabar com o poder dos chefes das milícias que estão presos", ou, mais especificamente, o objetivo de "reduzir em 70% o número de crimes relacionados à milícia em 2 anos". Percebem a diferença? Ambos são objetivos plausíveis, sendo necessários debates e ponderações internas de analistas e especialistas no assunto para que se escolham os objetivos que serão especialmente buscados.

A partir da definição do objetivo, são expostas as possibilidades para alcançá-lo. Considere o exemplo anterior e imagine que o objetivo escolhido foi o genérico. Neste caso, o que fazer para acabar com o poder dos líderes das milícias que estão presos? Possíveis alternativas seriam por exemplo, a vigilância 24h/dia ou mais rigorosidade na fiscalização da celas, dos objetos que entram no presídio e das visitas. Por outro lado, também seria possível trabalhar com a premiação de presos que comprovadamente deixassem de se envolver com as milícias, além de trabalhar na conscientização e etc.

Ou seja, neste momento várias possibilidades são colocadas sobre a mesa, para serem debatidas e estudadas: "Qual a melhor forma de agir? Esta forma é legalmente possível? Respeita a Constituição? Vai demandar quanto em termo de recursos públicos e tempo? Qual seria o melhor método de colocá-la em prática? Já existe algum programa nesse sentido?". São muitas as questões a serem consideradas e, por isso, é essencial uma equipe absolutamente bem preparada, que tenha conhecimento aprofundado sobre o tema e mente aberta para assimilar todas as ideias apresentadas

 **Fundamental**

Um ponto bastante importante de ser colocado sob análise é, por exemplo, a aceitação da sociedade. Nesse sentido, não adianta uma política pública bonita no papel, mas que na prática claramente não terá efetividade. É por essa razão que não é possível simplesmente importar uma política pública do estrangeiro e aplicá-la no Brasil sem um vasto estudo antes. A política precisa ser adequada à história, ao cenário e à cultura do país.

Ainda, a respeito da forma como comportamentos podem ser induzidos, *Secchi*^{SECCHI} elenca 4 mecanismos:

1. Premiação: consiste em estimular positivamente um comportamento, premiando quem o exercer.
2. Coerção: consiste em desestimular um comportamento, impondo prejuízos a quem o exercer.
3. Conscientização: consiste na transmissão de informação e na construção de um dever cívico/moral, que faz com que as pessoas ajam por livre e espontânea vontade, sem esperar nada em troca, apenas por estarem fazendo o que acreditam ser o certo
4. Soluções Técnicas: consistem na realização de atos que não interferem diretamente nas ações humanas, mas geram reflexos indiretos.

 **Exemple**

Exemplo: Ainda pensando no caso do sistema carcerário e dos chefes de milícias presos, seriam possíveis mecanismos:

- Premiação: benefícios para os presos que não tivessem nenhuma falta dentro de 1 ano no cárcere
- Coerção: transferência para presídios com celas individuais daqueles que continuassem a comandar crimes de dentro do cárcere.

- Conscientização: aulas para os presos, com a apresentação dos impactos causados nas vidas das vítimas, com apelo moral e cívico.
- Soluções técnicas: instalação de câmeras de segurança nas celas.

Ao fim dos estudos e debates, então, chegar-se-á a uma alternativa eleita como sendo a com maior potencial de alcançar o objetivo pretendido. Neste momento, tem-se a Tomada de decisão.

Nesta fase, já existe uma alternativa eleita como a melhor, mas agora é preciso colocá-la em prática. Aqui, são balanceados os pormenores dessa alternativa e é decidida a forma como ela será normatizada: será por meio da ação do Poder Judiciário, do Legislativo ou do Executivo? Via decreto, lei, programa ou campanha de conscientização?

Novamente serão necessários debates aprofundados, sopesando as possibilidades e tentando entender qual delas, na prática, será o melhor instrumento para dar vida à política pretendida.

E assim está finalizado o primeiro capítulo. Como você se sente ao entender, na prática, este início do processo de formulação de políticas públicas voltadas à segurança? Conseguiu assimilar as informações e somá-las às Unidades de Estudo anteriores? Para que você consiga absorver melhor o conteúdo exposto, fica aqui um resumo das últimas páginas: Políticas públicas são as diretrizes adotadas para enfrentar determinado problema tido como público (é o caso da Segurança Pública).

O processo de formulação de políticas públicas inicia-se com a análise do cenário global e a identificação de um problema em específico, de acordo com a realidade vivida em cada lugar. A partir daí, são formuladas as agendas, que servem basicamente para elencar quais são as prioridades de cada governo no que se refere às políticas públicas que serão implementadas. Com a agenda em mãos, será possível estabelecer um objetivo (que pode ser genérico ou específico) e formular alternativas passíveis de atingi-lo.

Este procedimento requer muitos debates, estudos e profundidade, analisando cada pormenor que envolve as alternativas para que, ao final, seja possível escolher qual delas possui mais chances de efetivamente alcançar o objetivo. Assim, toma-se a decisão final por esta alternativa, que deverá ser instrumentalizada por meio de uma ferramenta. Tal ferramenta pode ser uma lei, uma campanha, um programa do governo ou etc., devendo ser escolhida a melhor ferramenta possível, no sentido de garantir o equilíbrio entre as partes envolvidas e atingir os resultados mais benéficos para todos.

A implementação e o monitoramento das políticas de segurança pública



Objectifs

Ao término deste capítulo você será capaz de entender a parte final do **processo de formulação e implementação de políticas de segurança pública**, reconhecendo a importância de cada uma das fases, seja para estudar e aprimorar as políticas já existentes, seja para criar novas, cada vez mais eficientes e benéficas à população. E então? Curioso para saber qual o ciclo completo de criação de políticas públicas? Vamos a isso!

Ainda com base nos conceitos adotados por Leonardo Secchi, depois da identificação de um problema dentro do cenário global, da sua inclusão na agenda, da análise das possíveis soluções para ele e da tomada de decisão, é necessário implementar a política eleita e avaliá-la (extinguindo-a, quando for o caso). Passemos, então, ao estudo de cada uma dessas fases.

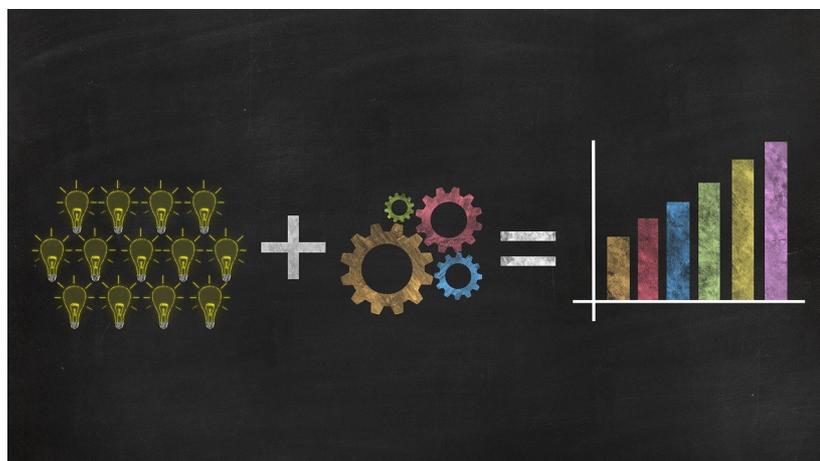
1. A implementação da política escolhida

Após tantos debates baseados em suposições, estudos, previsões e pesquisas, na implementação é chegada a hora de efetivamente colocar em prática tudo que foi decidido - e passar a obter resultados concretos.



"Idea - Plano - Ação!"

A implementação pode acontecer das mais variadas formas, seguindo o que houver sido estabelecido na tomada de decisão. Nesse sentido, ela pode se dar por meio da capacitação de profissionais, da realização de obras de construção e/ou revitalização para melhorar a infraestrutura de algum setor, da implementação de novos sistemas operacionais e etc. Há uma infinidade de possibilidades e a implementação pode fazer uso de mais de uma delas ao mesmo tempo, inclusive.



Ideias + Mecanismos = Resultados

É na fase da implementação que fica visível o fato de que nem sempre boas ideias irão gerar bons resultados. Nesse sentido, por mais incrível que o planejamento tenha se mostrado no papel, é sempre possível que haja variáveis que não foram consideradas no momento de análise e que geraram respostas que não estavam sendo esperadas. Não à toa, há tantos projetos, programas e leis que, apesar de existirem formalmente, não produzem tantos impactos na prática.

Por óbvio, em um cenário ideal tem-se uma implementação que produz justamente as respostas que haviam sido imaginadas durante a análise. Por isso, é essencial que a análise seja efetivamente bem feita. De qualquer forma, mesmo que não gere os resultados pretendidos, o momento da implementação continua sendo igualmente importante, pois produz material de análise para correções da política adotada e até mesmo para a criação de novas políticas no futuro.

Por isso, um dos elementos mais essenciais nesta fase é justamente a colheita eficiente de dados, já que tais respostas serão essenciais para estudos posteriores.



A colheita de dados deve ser feita de forma clara, eficiente e organizada, para que depois seja possível analisá-los de forma correta.

Sendo assim, os estudos quanto à fase de implementação são extremamente importantes e devem ser feitos de forma séria e estruturada

2. A avaliação e eventual extinção da política adotada

Embora a avaliação apareça neste momento do ciclo da criação de políticas públicas, certo é que avaliações acontecem durante todo o processo, desde o início. Afinal, não faria sentido, por exemplo, insistir em uma política pública se já no momento de análises ficasse comprovado que ela não seria viável ou benéfica. Portanto, a avaliação pode e deve acontecer desde o princípio. Neste sentido, Secchi^{SECCHI2} fala em:

1. Avaliação ex ante: acontece em um momento anterior à implementação (como no período de análises, por exemplo);
2. Avaliação in itinere: ocorre durante o período da implementação, quando a política pública ainda está vigente;
3. Avaliação ex post: tem momento após a extinção da política pública.

Considerando uma política que se encontra no momento de aplicação, certo presumir que a avaliação ex ante já foi feita. Agora, portanto, seja durante ou seja após a sua implementação, é interessante monitorar e avaliar os resultados apresentados. A respeito disso, há alguns casos em que será possível monitorar os resultados enquanto a política está sendo posta em prática, e há outros em que a avaliação só poderá ser feita depois da conclusão da aplicação - e ambos são igualmente importantes. Nesse sentido:

1. No caso das políticas que têm perspectiva de continuidade, a monitoração serve para definir se vale a pena ou não continuar investindo tempo, dinheiro e esforço público nessa questão em específico. Imagine, por exemplo, a criação e disponibilização de cursos sobre Direitos Humanos para todos os integrantes de órgãos de Segurança Pública, no intuito de melhorar a sua abordagem para com os membros de comunidades carentes. Uma avaliação seria útil no sentido de verificar se os sujeitos estão participando do curso, se estão mostrando interesse e se estão assimilando as informações. Se dados fossem colhidos e demonstrassem que basicamente não há inscrição de alunos, que não estão comparecendo às aulas ou que as notas nos testes são muito baixas, estaria explícito o fato de que o curso não estava funcionando da forma que deveria funcionar, sendo uma política fracassada.
2. No caso de políticas que não possuem continuidade, será necessário concluir a aplicação e, só depois, avaliar os resultados. Mesmo assim, a avaliação continua tendo papel fundamental, pois traz os dados que irão demonstrar a utilidade ou não de repetir tal política em algum outro momento e/ou lugar. Pense no caso, por exemplo, de uma política de segurança pública que vise a construção de novos presídios, no intuito de reduzir o problema da superlotação e fazer com que a violência dentro do cárcere diminua. Será necessário, nessa situação, construir o novo prédio e redistribuir os presos, para, depois de passado um tempo, obter algumas respostas quanto ao objetivo pretendido. Neste caso fica bastante visível o fato de que seria impossível obter dados sobre a eficiência ou não da política enquanto o presídio era construído, pois as respostas só aparecerão após o fim da implementação. Porém, a avaliação continua sendo essencial, pois por meio dela será possível que, no futuro, opte-se pela construção de novos presídios (se a política se mostrar eficiente) ou busque-se uma outra alternativa (se ficar demonstrado que a construção de novas celas não colaborou para a diminuição dos problemas de Segurança Pública).

É necessário ressaltar, ainda, que uma avaliação feita de forma séria precisa se basear em elementos e critérios contundentes, que tenham ligação direta com o objetivo pré-fixado e que busquem sempre demonstrar o benefício (ou não) da política com relação ao interesse público. Não existe, no Brasil, um modelo exato de critérios a serem avaliados, mas, de acordo com Secchi (2010, p. 50), os principais critérios para a avaliação dos resultados são

- Eficácia: o quanto a política demonstrou ter atingido o objetivo
- Economicidade: em que medida a política gerou economia aos cofres públicos
- Eficiência econômica: trata da relação produtividade/ economicidade
- Equidade: analisa o quão homogênea foi a aplicação da política Além de poder analisar critérios diversos, uma avaliação também pode ser feita a partir de pontos de vista diferentes, tais como:
- Avaliação do ponto de vista jurídico/legal: analisa de que forma os direitos dos afetados por esta política pública foram atingidos e se houve respeito do ordenamento jurídico, por exemplo;
- Avaliação do ponto de vista técnico/gerencial: analisa questões mais administrativas, como por exemplo os custos, o atingimento dos objetivos estabelecidos e etc.;
- Avaliação do ponto de vista político: analisa os impactos políticos da medida, em que nível se deu a participação popular, como foi a resposta social e coisas do gênero;

Todos esses critérios e formas de avaliação operam em conjunto, paralelamente, e resultam, por fim, em conclusões a respeito da necessidade/eficiência da política pública em questão. A partir de tais resultados, três caminhos podem ser adotados:

1. Manutenção da política pública: quando ficar demonstrado o seu benefício à sociedade, sem necessidade de grandes alterações estruturais;
2. Remodelação da política pública: nos casos em que forem precisos ajustes significativos ao ponto de serem necessárias modificações estruturais, mas não ao ponto de extinguir a política;
3. Extinção da política pública: para quando a política pública não faz mais sentido. Isso acontece quando o problema já foi resolvido, quando a política demonstrou ser ineficaz em resolvê-lo ou quando o problema teve sua importância diminuída, deixando de integrar a agenda.

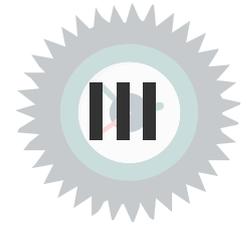
A respeito das dificuldades que podem aparecer no momento de avaliação das políticas públicas, duas delas são especialmente significativas:

- A ausência de um padrão de avaliação: não existe um modelo de avaliação a ser seguido, e essa lacuna faz com que cada política seja avaliada com critérios diferentes. Como resultado, muitas das avaliações acabam sendo pouco eficientes. Fica clara, portanto, a necessidade de criação de um mecanismo padronizador, que imponha desde logo a obrigatoriedade de avaliar critérios objetivos e forneça as ferramentas para isso;
- O tempo até a produção de resultados: muito embora boas políticas gerem grandes impactos na sociedade, isso leva tempo. Por isso, para poder avaliar quaisquer resultados, é necessário aguardar tempo suficiente até que eles se produzam. A existência de um sistema padronizador, neste ponto, também seria útil. Com ele, os números acerca da política poderiam ser inseridos e, de tempos em tempos, acrescentariam-se os dados das avaliações dos resultados.

Ufa! Assim acaba o segundo capítulo! Muitas informações e conceitos, certo?! Mas não se preocupe, apesar do ciclo de criação das políticas públicas ser complexo, com o tempo e os estudos você será capaz de internalizar a lógica do processo. Para facilitar, deixamos aqui um resumo do que foi visto neste capítulo: após identificar um problema, incluí-lo na agenda, analisar as hipóteses de solução e decidir por uma delas, é chegada a hora de colocar a política em prática. Este é o momento da implementação, no qual são produzidos os resultados que, posteriormente, serão analisados.

Por isso, é importante que a implementação se dê da forma como havia sido planejada, com vistas a evitar erros e produzir os resultados com maior adequabilidade possível ao plano que havia sido traçado. A respeito da avaliação, certo é que ela existe em todas as fases do procedimento de criação de políticas públicas (já que, se desde o princípio for percebido o fracasso de determinada política, nem há razão para implementá-la). Quando a avaliação é realizada durante a aplicação, serve como uma forma de monitorar os resultados e analisar se a política deve continuar sendo aplicada ou não. Quando ocorre após a extinção da política, serve para avaliar os resultados obtidos e aplicá-los em novos projetos, de novas políticas públicas. A respeito da extinção, vale a pena ressaltar que ela pode acontecer por três razões distintas, quais sejam: o fato do problema já ter sido resolvido, a política demonstrarse ineficiente na solução da questão ou o problema ter perdido importância, deixando de compor a agenda.

Bons exemplos de políticas públicas no Brasil e no exterior



Objectifs

Ao término deste capítulo você irá conhecer duas políticas públicas que mostraram-se como bons mecanismos de melhoria dos números de Segurança Pública no Brasil e no exterior. Conseguirá perceber a forma como tais políticas foram adotadas e em que cenário se mostraram necessárias, além de visualizar na prática o impacto causado por elas. E então? Ansioso para entender como as políticas de segurança pública geram efetivos impactos na vida real? Vamos a isso!

A qualidade dos estudos sobre segurança pública, a atenção quanto à formação da agenda, um bom trabalho de análise de hipóteses e de tomada de decisão: tudo isso se soma e, na prática, produz resultados. Tais resultados são analisados e, a partir deles, é possível afirmar se uma política pública é ou não boa para o cenário em que foi implementada.

Conforme estudamos anteriormente, é possível analisar a política sob diferentes óticas e utilizando os mais diversos critérios, e por isso dificilmente haverá uma política que seja boa para todos os espectadores e de acordo com todos os critérios existentes. Para além disso, a realidade é absurdamente mutável. Ou seja: políticas que dão muito certo agora, podem não dar tão certo assim daqui um ou dez anos. Na prática, uma infinidade de variáveis são colocadas em causa, e por isso são os números finais que irão trazer a noção de quão benéfica uma política pública foi ou não.

Com isso em mente, veja a seguir o caso de duas políticas - uma brasileira e uma portuguesa - que geraram resultados interessantes quando analisados na prática.

1. O "Pacto Pela Vida" em Pernambuco - Brasil

Até 2007, o estado de Pernambuco possuía alguns dos números mais críticos de todo o Brasil no que se refere à criminalidade. Em 2001, por exemplo, Pernambuco encontrava-se com uma média de quase 59 mortes por 100 mil habitantes, valor 111% maior do que a média nacional (que era de quase 28). Além disso, o estado compunha vários pódios no que se referia à violência, tais como:

- Recife, durante os primeiros cinco anos do novo milênio, havia sido a capital com maior número de homicídios do país;
- Pernambuco era o estado com a maior taxa de assassinatos de mulheres;
- Os números referentes à criminalidade patrimonial eram altíssimos se comparados ao resto do país, e grande parte dos crimes era perpetrado com violência.

Eram urgentes, portanto, políticas pensadas exatamente para melhorar tais índices, e o primeiro passo foi a realização de um relatório detalhado quanto à situação da segurança pública no estado. No diagnóstico foram apontados, nomeadamente:

Pouco diálogo e articulação da Secretaria de Defesa Social com outros Poderes e com as outras esferas do Estado
Inexistência de ações de prevenção
Baixos índices de prisão em flagrante, de instauração e de conclusão de inquéritos
Baixa capacidade do Ministério Público para o oferecimento de denúncias
Baixa taxa de execução dos mandados de prisão e pouca capacidade de julgamento dos processos
Déficit de vagas na custódia provisória e na definitiva
Inexistência de ações de ressocialização

Tabela criada com base no programa Pacto pela Vida. (PERNAMBUCO. 2012. Resumo Programa Pacto pela Vida. Disponível em: . Acesso em: 20.Abr.2020.)

A partir deste diagnóstico, a questão da Segurança Pública foi incluída na agenda e foi elaborado o PESP-PE 2007 (Plano Estadual de Segurança Pública), composto por 138 projetos pensados por equipes técnicas para curto, médio e longo prazo. O objetivo era criar uma estrutura de combate à criminalidade, com mecanismos de prevenção e de repressão, por meio de uma gestão eficiente, integralizadora de todos os sujeitos da sociedade e do Estado (executivo, legislativo e judiciário), e baseada na avaliação e premiação de resultados

O Pacto pela Vida dividiu o estado de Pernambuco em 26 AIS (Áreas Integradas de Segurança Pública), no intuito de viabilizar um melhor monitoramento dos números, por meio de reuniões semanais que serviam para planejar novas ações e analisar constantemente todas as respostas dadas pela sociedade quanto à política pública

As principais prioridades, na época, giravam em torno da diminuição do número de homicídios (mas não foram deixados de lado os outros tipos de crime). Para isso, de 2007 a 2011 foram adotadas diversas espécies de intervenção, com dois principais focos: a prevenção e a eficiência da repressão (por meio das polícias). Veja:

1. No que se refere à prevenção, houve a:

1. Implantação do programa "Governo Presente" (que visava aproximar Estado e população civil por meio de diversos serviços prestados diretamente nas comunidades, tais como emissão de documentos, exames gratuitos, mediação de conflitos e etc.);
2. Criação de um "Plano de Combate ao Crack" (com a implantação de centros de referência para dependentes de crack, auxílio financeiro para os usuários que estivessem tentando deixar o vício, habilitação de leitos para desintoxicação e etc.).

2. No que se refere à repressão, os focos foram restabelecer a capacidade operacional das polícias e qualificar a sua intervenção, por meio da:

1. Realização de reformas nos prédios públicos (delegacias, complexos penitenciários e etc.);
2. Contratação e capacitação de novos policiais;
3. Compra e aluguel de veículos para os órgãos de segurança pública;
4. Instalação de 248 câmeras de vigilância pela cidade;
5. Investimentos em inteligência;

6. Criação da Operação Malhas da Lei, com vistas a aumentar o número de mandatos cumpridos;
7. Criação de gratificações para os policiais que possuísem bom desempenho nas operações.

Por meio da soma dessas políticas todas, Pernambuco conseguiu a diminuição da taxa de crimes violentos letais intencionais (CVLI) em mais de 34%, em apenas quatro anos. Além disso, em 2011 foram realizadas sete vezes mais operações qualificadas do que em 2007, com a prisão de quase seis vezes mais pessoas. Os resultados foram significativos e estima-se que de Maio de 2007 a Fevereiro de 2012, foram salvas mais de 4.500 vidas. Não à toa, o Pacto Pela Vida foi premiado várias vezes, nacional e internacionalmente, chegando a receber o primeiro lugar na categoria de "Melhoria na Entrega de Serviços Públicos" no United Nations Public Services Forum Day and Awards de 2013.

Era uma política fadada ao sucesso, até que, de repente, os números da violência em Pernambuco voltaram a piorar. Para se ter uma noção, enquanto em 2013 houve o registro de 3.100 homicídios no estado, em 2017 chegou-se a 5.426 - um crescimento de 75% na taxa de assassinatos, em quatro anos

É um cenário com diversas variáveis e até hoje não há uma resposta absolutamente exata do que aconteceu. Há quem defenda que o empenho na aplicação do Pacto deixou de ser o mesmo por questões políticas, há quem diga que os mesmos mecanismos anteriormente aplicados simplesmente não funcionavam mais. De qualquer forma, o Pacto Pela Vida se mostrou como uma política de segurança pública bem sucedida no Brasil, entre os anos de 2007 a 2013, e por isso é importante o seu estudo para novas políticas no futuro, tanto para avaliar o que deu certo, quanto para avaliar o que deu errado.

2. A política de drogas em Portugal

Conforme aprendido nas Unidades anteriores, a criminalidade relativa à droga possui impactos diretos nos números de segurança pública (seja por conta dos crimes cometidos pelas organizações do Tráfico, seja por conta dos demais delitos cometidos por toxicodependentes sob efeito de droga). Isso é bastante visível no Brasil atual, mas acontece também em diversos países do mundo.

Os efeitos das drogas são sentidos, portanto, por toda a população, que se vê assolada pelo aumento do número de crimes, por sistemas carcerários superlotados e, conseqüentemente, níveis de violência crescentes dentro e fora das prisões.

Foi diante do reconhecimento desse cenário que Portugal, em 2001, visualizou a necessidade de criação de uma política pública que enfrentasse os problemas causados pela droga.

A implementação de tal política se deu por meio da Lei nº 30 de 2000, que dispõe sobre o regime jurídico do consumo de estupefacientes e estabelece, dentre outras coisas, que:

O consumo, a aquisição e a detenção de estupefacientes para consumo próprio não constituem crime, e sim mera contra-ordenação.
Para que se ateste que a droga é para uso pessoal, a quantidade máxima apreendida deve ser de 10 doses diárias (há um regulamento específico que explica quais as quantidades diárias calculadas para cada droga).
Os policiais deverão apreender a droga e proceder a identificação do usuário.
A contra-ordenação será processada pela Comissão pela Dissuasão da Toxicodependência, uma comissão criada dentro do Instituto da Droga e da Toxicodependência, com o objetivo específico de aplicar eventuais multas ou sanções alternativas (como a proibição de frequentar determinados lugares ou a obrigação de apresentação periódica, por exemplo).
Para ser enviado a tratamento, o usuário deve aceitá-lo e escolher se deseja ser tratado via serviço público ou particular. Este tratamento irá suspender o processo da contra-ordenação.
As sanções e as medidas de acompanhamento possuem prazo mínimo de 1 mês e máximo de 3 anos.

O ordenamento jurídico português continua criminalizando a venda de entorpecentes, e quaisquer drogas que forem vistas por policiais serão apreendidas. A diferença foi que os toxicodependentes deixaram de ser integrantes do sistema carcerário português e passaram a ser pacientes do sistema de saúde.

No Brasil, embora a Lei nº 11.343/06 tenha despenalizado o uso de drogas (afinal, não há mais pena privativa de liberdade), os usuários ainda são tratados como criminosos, pois a posse para uso pessoal é um crime de menor potencial ofensivo. A respeito das diferenças entre a abordagem portuguesa e a brasileira, é interessante perceber:

1. Portugal estabeleceu critérios objetivos para diferenciar o uso do tráfico. Portanto, lá não é possível que um sujeito com 2 cigarros de maconha seja preso como traficante. No Brasil, é;
2. Quando detidos, os usuários em Portugal não são submetidos a um processo em Tribunal e não são tratados como criminosos. Pelo contrário, são levados à Comissão pela Dissuasão da Toxicodependência, onde encontram um ambiente propício para lhes incentivar a parar com o uso de estupefacientes
3. Por fim, a forma como cada país lida com a temática "droga" em si é absurdamente diferente. Nesse sentido, enquanto não houver políticas públicas que tratem sobre a droga sem torná-la um tabu, ainda haverá muitas pessoas (sobretudo jovens) ingressando neste mundo. O Brasil teve uma experiência de política pública muito bem sucedida com o tabaco, da qual resultou uma queda significativa do número de fumantes. Com os estupefacientes, era necessário que assim também fosse. Em Portugal, a temática "drogas" encontra-se em um outro nível de debate, que permite, inclusive, estudos voltados ao tratamento de presos viciados através da substituição de opioides. Ou seja: dentro do cárcere, o Estado busca formas de ajudar os presos a vencerem o vício às drogas por meio da substituição gradual por outras substâncias. Isso só é viável porque o governo português estudou a temática e aceitou o fato de que a droga era um fator agravante dos problemas de violência que aconteciam dentro da prisão - prisão esta que nada mais é do que um reflexo da sociedade como um todo (FERNADEZ; GALVÃO; RATTON, 2011, p. 6).

A política de drogas não se trata de uma política exclusivamente de segurança pública, pois seus resultados interferem em diferentes esferas sociais e são perceptíveis em diferentes contextos. Veja:

Na Saúde Pública: diminuição progressiva dos casos de overdose. Nesse sentido, enquanto 94 pessoas morreram de overdose em 2008, em 2006 o número foi para 27^{VIEIRA}; diminuição significativa do uso de heroína e cocaína, além da redução dos casos de HIV^{LINDE} (já que o vírus era transmitido por meio de seringas compartilhadas no uso de drogas).

Na Segurança Pública: houve o redirecionamento do serviço policial, que deixou de perseguir usuários e agora se preocupa mais em apreender os traficantes^{ALEEM}; houve a diminuição dos casos de furtos dentro dos presídios^{DOMOSŁAWSKI} e a diminuição dos crimes patrimoniais na sociedade em geral^{ALEEM}; por fim, houve uma desaceleração no crescimento carcerário^{VIEIRA}, já que entre 1990 e 2000, o crescimento havia sido de 43%, em comparação com os apenas 9% de 2000 a 2015.

Como em todas as políticas públicas, em todas as áreas de atuação e em quaisquer países do mundo, há críticas à política portuguesa sobre as drogas. Para muitos, tem-se uma contradição no fato da relação de compra/venda de droga só ser criminalizada no lado dos que vendem - o que representaria uma contradição. Para tais pessoas, a legalização das drogas seria o melhor caminho, mas este se trata de um cenário completamente diferente, que precisaria de muitos novos estudos e profundas análises. De qualquer forma, mesmo com a mera descriminalização do uso de drogas, Portugal já colheu bons frutos e mostrou estar aberto a novas políticas que visem a melhoria dos seus números de Segurança Pública.

Pronto! Está finalizado o terceiro capítulo desta Unidade de Estudo. Como você se sente após analisar os dados concretos de políticas públicas? Nestas últimas páginas, vimos que: apesar de toda o planejamento e estudos sobre as políticas públicas, quando colocadas em prática, aparecem diversas variáveis que influenciam no seu funcionamento e eficiência.

Nesse sentido, o Pacto Pela Vida foi uma política voltada especificamente para a segurança pública, implantada em Pernambuco em 2007. Da implementação até 2013, foram muitos os resultados positivos obtidos em decorrência das ações interligadas, estratégicas e bem planejadas. Foram criados mecanismos de prevenção e repressão à criminalidade e o impacto no número de homicídios ocorridos no estado foi sentido. Entretanto, a partir de 2014, os números da violência voltaram a crescer, mostrando falhas na implementação da política.

Em Portugal, uma política que acaba por interferir na Segurança Pública diz respeito às drogas. No país, em 2000 foi promulgada uma lei que descriminaliza o uso de entorpecentes e prevê mecanismos que tratam o usuário como um paciente do sistema de saúde português, e não do sistema carcerário. Com isso, freou-se o crescimento carcerário, diminuíram as ocorrências de crimes patrimoniais e as polícias passaram a despender esforços na persecução dos traficantes, e não dos usuários. Além disso, os efeitos da política de drogas também foram sentidos na esfera da Saúde Pública, com a diminuição das mortes por overdose e dos casos de HIV no país. Tanto a política pública de Pernambuco quanto a de Portugal apresentaram diversos contornos interessantes e bem sucedidos, que valem a pena de serem considerados e analisados.

No geral, o mais importante é ter em mente que a avaliação quanto às políticas públicas precisa ser constante, com vistas a garantir que sempre será adotada a melhor opção para o local e o momento em que a política está sendo posta em prática.

Perspectivas para o futuro das políticas de segurança pública no Brasil



Objectifs

Ao término deste capítulo você será capaz de **compilar todos os conhecimentos** obtidos até então, percebendo como eles se unem e se complementam, colaborando para a construção das políticas públicas voltadas à segurança do Brasil hoje e, sobretudo, no futuro, seja ele distante ou não. Ansioso para fechar com chave de ouro os seus estudos sobre Segurança Pública? Vamos a isso!

As crises de segurança pública sofridas atualmente são um reflexo de centenas de anos de políticas de segurança falhas ou inexistentes. No Brasil e em todo o resto do mundo são colhidos os frutos plantados no passado. Por isso, ao falar de segurança pública hoje em dia, é crucial que entendamos a interferência que isso vai possuir nas próximas gerações.

Não significa dizer que as políticas atuais não vão gerar nenhum efeito iminente - não! Há, inclusive, políticas pensadas justamente para gerar efeitos mais imediatos. De qualquer forma, fato é que a maior parte das políticas demora algum tempo até ser efetivamente sentida pela sociedade. Foram séculos e séculos de construção histórica, cultural, social, política e econômica para formar o Brasil de hoje, e assim será também para formar o Brasil do futuro.

A respeito das políticas públicas a serem adotadas, é praticamente impossível estabelecer um padrão exato do que se deve esperar, até porque a construção dessas políticas está diretamente ligada à Política em si, com seus candidatos e representantes eleitos. Portanto, mudanças no cenário político interferem diretamente nas políticas públicas adotadas. De qualquer forma, há algumas diretrizes apontadas como essenciais pelos especialistas do assunto "Segurança Pública", para que no futuro o país sofra menos com este mal. Grande parte dessas diretrizes está ligada justamente à quebra de paradigmas anteriores e à ruptura de raízes históricas que levaram o Brasil ao caos de segurança pública vivido atualmente.

Com isso em mente, veja a seguir alguns dos tópicos que precisam de atenção mais urgente:

1. Modificação da ótica sobre Segurança Pública

Um primeiro passo apontado pela maior parte dos especialistas diz respeito à modificação da forma como a Segurança Pública é enxergada. Nesse sentido, Segurança Pública precisa deixar de ser vista como mero problema de polícia e passar a ser entendida como um instrumento complexo e fundamental para a manutenção da ordem social, e isso envolve muito mais do que apenas a polícia, pois abrange o contexto social composto por um histórico de escravidão, pela desigualdade social enraizada e pela cultura de violência incrustada nas camadas mais profundas do Estado e da sociedade civil. Envolve, portanto, a modificação de elementos estruturais.

A polícia deve ser entendida como apenas um dos mecanismos dentro de um conjunto gigante de políticas públicas possíveis, que precisam ser articulados de maneira sincronizada e coesa. Portanto, é equivocado pensar que apenas a repressão, via polícia, irá solucionar todos problemas sociais de segurança pública.

Segurança Pública não é e nem pode ser sinônimo de polícia reativa. Muito antes da repressão, é necessário que outros atores (públicos ou não) participem na criação de uma sociedade com condições mais igualitárias e melhores, colaborando para a redução da violência. A prevenção, portanto, deve ser vista como um caminho a ser seguido.

O caminho da prevenção possui vários benefícios, dentre os quais é possível destacar:

1. Diminuição efetiva do número de crimes, já que, ao atuar antes do crime, evita-se a sua ocorrência. Portanto, ao contrário da repressão, que irá interferir apenas quando a criminalidade já estiver em prática, a prevenção efetivamente impede que o crime ocorra, o que é muito mais inteligente e benéfico para todos;
2. Possibilidade de realização por quaisquer atores da sociedade. Nesse sentido, ao contrário da repressão, que é monopólio dos Órgãos constitucionais de segurança pública, a prevenção pode ser feita por meio de políticas de particulares, de empresas, do Judiciário, de Igrejas, de ONG's, da sociedade civil e etc., ficando, inclusive, mais fácil de atingir a Segurança Pública quando todos agem em conjunto;
3. Estruturação com base em diferentes áreas, não sendo necessário que seus agentes sejam especialistas em segurança pública. Isso acontece porque na prevenção o foco são as causas dos problemas, e diversas das causas não estão ligadas à segurança em si, mas sim à educação, à saúde, à assistência social e etc. Por exemplo: uma ONG que ofereça atividades extracurriculares para crianças carentes pode gerar, por meio do seu trabalho, reflexos nos números da segurança pública do futuro. Afinal, ao evitar que tais crianças fiquem desocupadas e por meio da introdução de novos interesses nas suas vidas, fica mais afastada a possibilidade de que elas integrem o sistema carcerário no futuro, quando adultas.

Ao optar pela prevenção, não significa de todo que a repressão deixará de existir, não. Entretanto, uma política de prevenção eficiente e integrada seria capaz de fazer com que os números da criminalidade caíssem consideravelmente. Assim, os mecanismos de repressão seriam reservados apenas para a minoria que efetivamente transgredisse a lei e a ordem. O resultado seria a diminuição na prática de crimes, somada ao descongestionamento do sistema carcerário e uma sensação de segurança real para a população. Nesse sentido, a segurança sentida hoje em dia pela presença das polícias ostensivas na rua não é real, por um simples motivo: quanto mais seguro for um lugar, menos ele vai precisar da polícia na rua. Isso é visível sobretudo em comunidades carentes, nas quais a presença dos policiais significa que algo deu errado e alguma operação precisou ser deflagrada. É nessa situação que trocas de tiro acontecem e que balas perdidas matam pessoas. Operações de segurança pública, para serem bem sucedidas, devem efetivar a segurança. Ou seja: quando há tiros, quando há mortes ou ocorrem lesões corporais, significa que as operações falharam em algum ponto.

É preciso entender que a cultura de violência internalizada pelos organismos do Estado só gera mais violência e que repressão não é e nem pode ser vista como um antônimo dos direitos humanos. Por isso, o Estado, mesmo quando estiver exercendo sua função legítima de repressão, não pode deixar de lado a observância desses preceitos fundamentais elencados na Constituição da República e em tratados internacionais.

Segundo os especialistas é necessário, portanto, mudar o paradigma que acredita na repressão como sendo a forma mais efetiva de garantir a Segurança Pública. Se fosse, hoje em dia, com quase 800 mil presos, o Brasil deveria ser muito mais seguro do que a 100 anos, mas não é. É hora, portanto, de modificar a lente pela qual a Segurança Pública é vista, entendendo-a como um problema de todos, que pode ser afetado por mecanismos constitucionais, legais e sociais, e que precisa ser pensada de forma integrada e com foco na prevenção, para que assim se obtenham números efetivamente benéficos no futuro.

2. Mudanças na forma de atuação das polícias

A respeito das polícias, os estudiosos do tema costumam ressaltar dois pontos principais:

1. O primeiro, diz respeito à cultura na qual as polícias são formadas. A Polícia Militar, por exemplo, que é nomeadamente a polícia que atua nas ruas e tem contato imediato com a população, é estruturada dentro de um contexto de polícia voltada ao confronto direto. Portanto, se os policiais são desde o início ensinados a "irem para a guerra", ao atuarem no dia a dia, é assim que se comportarão: como se na guerra estivessem. Novamente, é preciso ter em mente que quando a violência se faz necessária, é porque o Estado falhou. Esse estado de "guerra" não deveria ser internalizado e aceito, mas sim rechaçado. Entretanto, é bastante claro aos especialistas que a modificação de questões estruturais dos órgãos de segurança pública é algo muito complexo de ser feito, sendo mais viável, antes disso, focar em políticas incrementais e que aprimorem o trato da polícia para com a população.
2. O segundo ponto usualmente levantado refere-se aos investimentos feitos pelo Estado. Nesse sentido, mesmo quando a repressão for necessária, é preciso investir de forma inteligente, para que a criminalidade seja reprimida da melhor forma possível. Se no Brasil existe, por exemplo, uma grande dificuldade em encontrar os autores dos homicídios e busca-se diminuir o número de homicídios no país, parece mais urgente o investimento na inteligência das polícias administrativas (Civil e Federal) do que no patrulhamento ostensivo (pela Polícia Militar).



Fundamental

Ou seja: mesmo dentro da esfera da repressão, há diversas pautas que necessitam atenção, trabalho e aprimoramento mediante políticas públicas de qualidade.

3. Produção e colheita de dados continuados, por meio de mecanismos eficientes

Por fim, um terceiro tópico frequentemente levantado pelos estudiosos do tema é a necessidade de produção de dados aprofundados e continuados, com a elaboração de mecanismos eficientes para o controle e comunicação de tais números.

Como visto anteriormente, a avaliação das políticas públicas é um dos tópicos primordiais de qualquer política, pois permite que antigos mecanismos sejam aprimorados ou que novos mecanismos sejam criados de forma melhor estruturada.

No Brasil, como há pouca implementação de políticas de segurança pública consolidadas, contínuas e eficientes, torna-se praticamente impossível a monitoração de resultados, pressuposto absolutamente essencial na busca por políticas de qualidade.

É necessário, portanto, um esforço maior sobre o tema, com o estudo da realidade nacional, a escolha do caminho a ser implementado, as tentativas, os eventuais erros e aprimoramentos e a colheita de dados, pois só assim será possível melhorar as políticas em prol do bem geral. Esse processo deve ser feito constantemente, a todo tempo, com novos fins e novos começos, consertos das falhas e busca contínua pelo aperfeiçoamento.

Essa construção de políticas baseada nos acertos e nos erros não significa que as políticas devam ser feitas de forma impensada, focadas na mera análise empírica quanto aos resultados. Certamente, o estudo empírico é das principais demonstrações do sucesso ou não das políticas, mas antes de chegar ao ponto de poder testar empiricamente, é crucial que o procedimento de criação de políticas públicas seja absolutamente técnico, com análises concretas e previsões dos resultados.

Como dito nos capítulos anteriores, a forma de análise é variável conforme a espécie de política, mas nada impede que exista uma orientação geral quanto aos critérios importantes de serem considerados. Para os especialistas, essa ferramenta colaboraria em diversos sentidos, pois estabeleceria patamares

mínimos para que políticas possam implementadas (o que evitaria a implementação de políticas inúteis) e também criaria um mecanismo de controle mais objetivo, com dados integrados e comunicados entre todos os organismos envolvidos na política em questão.

Outro fator importante diz respeito à contratação de assessores competentes, com conhecimentos a respeito da área e habilidade no que se refere à elaboração de políticas com potencial para a produção de resultados. Isso permitirá políticas realistas e efetivas, com base em dados concretos e prazos reais. Afinal, não adianta prometer que determinada política irá produzir "X" resultados em 1 mês porque, se ao final deste tempo os resultados não forem verificados, há chances de que a política se desmonte e todo o procedimento de elaboração tenha sido em vão.

O tempo é, inclusive, um dos principais desafios a ser enfrentado pelas políticas públicas, pois:

1. Há demora na concretização de resultados;
2. Mesmo após a obtenção de resultados concretos, com o passar dos anos a política pode passar a simplesmente não fazer mais sentido; e
3. Por estarem diretamente atreladas à Política, é comum que os políticos evitem medidas que demandem muito tempo para a produção de bons resultados, e isso acaba por fazer com que as políticas que dependam de mais estrutura, organização e paciência não saiam do papel.

Por fim, é importante salientar que apesar dos últimos anos terem sido de avanço no que se refere ao diagnóstico de problemas e à informação, à constituição de redes de estudo, grupos de pesquisadores integrados por policiais e membros da sociedade civil, há ainda muitos desafios a serem enfrentados. A forma como as pessoas costumam se posicionar nos debates, por exemplo, tende a ser mais ideológica do que racional. Nesse sentido, ao invés de partirem de premissas concretas a respeito de segurança pública e, assim, concluírem pela política mais eficiente, é feito justamente o processo contrário: os sujeitos já iniciam os debates com a conclusão formada, e tentam a todo custo justificar seus pontos de vista por meio de quaisquer premissas que sejam. Isso está equivocado em diversas esferas e acaba fazendo com que o Brasil viva, hoje, um grande déficit na implementação de políticas eficientes na esfera da Segurança Pública.

A elaboração de políticas públicas eficazes está longe de ser um caminho fácil, mas, de qualquer forma, é um caminho que precisa ser percorrido por meio de investigações científicas e racionais, e não por meros debates de cunho político-ideológico.



Ficou interessado e gostaria de ouvir mais sobre o que pensam os especialistas em Segurança Pública? Assista o vídeo a seguir e entenda melhor como os estudiosos do tema se posicionam sobre ele. NEXO JORNAL. Políticas públicas em debate. 2018.

[cf. Políticas de segurança pública | Políticas públicas em debate]

E assim termina o último capítulo desta Unidade de Estudo. E então, já se sente à vontade para traçar algumas conclusões acerca do futuro das políticas públicas voltadas à Segurança no Brasil? É um tema complexo, que envolve os mais diferentes fatores, mas deixamos aqui um resumo do que foi estudado no capítulo, para facilitar a sua compreensão: Os problemas de segurança pública sentidos atualmente são frutos de um passado, longínquo ou recente, composto por políticas de segurança falhas ou inexistentes. As posturas adotadas no passado influenciam diretamente no que vivemos hoje em dia, assim como as decisões atuais irão influenciar no futuro. Portanto, ao tratar do futuro da Segurança Pública no Brasil, alguns fatores apontados pelos especialistas como merecedores de principal atenção são:

1. A ótica com que é vista a Segurança Pública: o tema precisa passar a ser entendido como um problema complexo e correlacionado com as mais diversas áreas, que não tem como ser resolvido apenas por meio da repressão por parte dos órgãos de segurança pública;
2. A mudança na forma de atuação as polícias: através de mudanças estruturais e da alocação de recursos em áreas voltadas à inteligência;

3. A produção e a colheita de dados continuados: com a elaboração de mecanismos eficientes de controle e gestão de resultados, que disponibilizam números integrados e reais sobre as políticas existentes.

Exercice : Vous venez de découvrir un théier...



Vous êtes en mission d'exploration en Chine et vous venez de découvrir un théier ! Évidemment, vous souhaitez transformer les feuilles de ce théier en thé pour pouvoir les ramener chez vous et les faire découvrir dans votre pays.

Question

Quelle est la méthode la plus simple que vous connaissiez pour transformer les feuilles du théier en thé ?
Quel type de thé allez-vous de produire avec cette méthode ?

Indice :

Vous ne disposez que de peu d'instruments et d'équipements pour transformer votre thé, optez pour une technique simple, comme le séchage !



Exercice 1 : L'oxydation des wulong

Glissez-déposez le nom et le type d'oxydation sous l'image du thé *wulong* correspondante.

Wulong peu oxydé (entre 10 et 30 % d'oxydation)

Wulong semi-oxydé (50 % d'oxydation)

Tie Guan Yin

Wulong partiellement oxydé (entre 30 et 40 % d'oxydation)

Dong Ding

Da Hong Pao



Exercice 2 : Temps de séchage du thé blanc

Vous êtes en possession d'un théier et vous souhaitez transformer votre petite récolte personnelle de feuilles de thé en thé blanc. Comme vous le savez, il convient de sécher les feuilles de thé dans un four chaud (100°C *maximum*).

Sachant que vous avez récolté 500 g de feuilles de thé, combien de temps allez vous sécher ces feuilles dans votre four ?

Réponse **en minutes**

Exercice 3 : Degré d'oxydation des couleurs du thé

Classez les types de thé ci-dessous du moins oxydé au plus oxydé.

1. Thé noir

2. Thé bleu-vert

3. Thé vert

4. Thé blanc

5. Th sombre

Réponse : _____

Exercice 4 : Thés du Japon

Quel(s) type(s) de thé le Japon produit-il ?

- Th blanc
- Thé vert
- Thé jaune
- Th bleu-vert
- Thé noir
- Th sombre

Exercice 5 : Nom scientifique du théier

Quel est le nom scientifique du théier ?

- Hortensia sinensis
- Camellia japonica
- Camellia sinensis

Exercice 6 : Le thé Wulong en image

Parmi les propositions ci-dessous, laquelle représente un thé *wulong* ?



Dégustation de thé

- Zone 1**
Première tasse
- Zone 2**
Deuxième tasse
- Zone 3**
Troisième tasse
- Zone 4**
Quatrième tasse

Exercice 7 : Nombre de couleurs du thé

Combien de couleurs de thé dénombre t-on ?

Exercice 8 : L'histoire du thé en 2 phrases

Complétez le texte suivant :

La Chine attribue la découverte du thé à l'empereur _____, ce dernier se reposait sous un arbre quand une feuille de théier tomba dans son bol d'eau chaude et révéla ainsi ses vertus.

_____ fut le premier à mettre par écrit ses connaissances sur le thé, dans son ouvrage « *[Origine | Classique | Histoire] du thé* », ce qui lui vaut encore aujourd'hui le titre de premier grand maître du thé.